

UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA
UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA

Surge esta lista como fruto da necessidade de intervir-mos no M.A.. Somos um grupo mais ou menos amplo em que se integram estudantes comunistas, ^{democratas} ~~democratas e estudantes sem par~~ ~~tido~~ **PARTIDO** **COM O V SEI**

Temos um objectivo comum: procurar com o nosso contributo clarificar algumas questões que têm surgido no seio do M.A.. Não apresentamos um programa partidário; o texto que ^{trazemos} ~~trazemos~~ **TRAZER** ~~nos~~ **é** a consideração dos estudantes de Coimbra e que nos propomos defender e levar à prática se formos eleitos foi construído na perspectiva de transformar o M.A. num movimento unitário e de massas; também não é um programa acabado, pois parecemos que um programa associativo não pode ser qualquer coisa de estático que é aprovado no início do ano e que depois é aplicado pela Direcção Associativa. Ele deve traçar as linhas gerais de actuação.

Os estudantes em cada momento devem decidir sobre as questões que se lhes colocam e a D.G. deve ser essencialmente a executora dessas mesmas decisões.

Para isso propomos formas de organização adequadas à nova situação política que vivemos, e um novo conteúdo para o Movimento Associativo.

DE ~~UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA~~ **UNIR OS ESTUDANTES - DEMOCRATIZAR A ESCOLA** -- significa criar uma organização estudantil forte e estável, dotar o M.A. dos meios materiais necessários dar-lhe um conteúdo que se identifique com as reais aspirações estudantis.

DEMOCRATIZAR A ESCOLA - é uma dessas reais aspirações dos estudantes, é um ponto de unidade de toda a Academia, mas não será concretizável se os estudantes não se unirem e organizarem.

Para nós o M.A. não pode ser o conjunto de todas as tendências políticas que actuam no seio dos estudantes, ou uma coligação dessas tendências. Ele pode e deve ser o conjunto dos estudantes organizados na luta por objectivos comuns.

Não quer isto dizer que cada grupo não possa apresentar as suas propostas e que não deve haver discussão política mas esta só dará os seus frutos se for efectivamente virada para a acção.

Lutamos por um M.A. forte e unitário porque sabemos que isso é do interesse da massa estudantil, porque é o melhor meio que os estudantes dispõem de se colocarem ao lado do povo português, na sua luta contra a exploração e pela concretização de uma sociedade mais justa.

LISTA E

O CARÁCTER E A RELEVÂNCIA DAS LUTAS ESTUDANTIS SOB O FASCISMO

O M.A., conquista dos estudantes portugueses foi o principal instrumento que lhes permitiu integrarem-se na frente popular de luta contra a ditadura fascista.

Tendo como plataforma política de unidade o anti-fascismo e o anti-colonialismo, aglutinando-se em volta das suas AABE, os estudantes conseguiram levar a cabo iniciativas amplamente mobilizadoras que conferiram ao M.A. o carácter massivo que o levou a desempenhar tão importante papel.

A SITUAÇÃO QUE HOJE SE VIVE NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Hoje, porém, assiste-se a uma degradação progressiva do M.A. a todos os níveis, passando pela inexistência de estruturas organizativas estáveis e regulamentadas, pelo descrédito e desprestígio em que têm caído os órgãos de decisão colectiva, fruto de discussões estéreis que nada dizem aos estudantes nem nada contribuem para a sua unidade, acabando no progressivo desaparecimento do papel aglutinador das AABE e na diminuição da sua capacidade de intervenção a outros níveis que não os estritamente associativos. Desta situação caótica em que os estudantes não possuem meios de cumprir as tarefas que se lhes deparam e que as massas populares lhes exigem decorre o descrédito em que o M.A. tem vindo a cair progressivamente perante a opinião pública.

Três ordens de razões fundamentais estão na origem desta situação:

1ª) A evolução da situação política com o derubamento da ditadura fascista e o avanço firme do processo de descolonização fez esbaterem-se os pontos de unidade política dos estudantes, o anti-fascismo e o anti-colonialismo;

2ª) A institucionalização das liberdades democráticas veio possibilitar a intervenção aberta de grupos políticos no seio do M.A., intervenção essa que, pelo método como foi conduzida, longe de contribuir para o reforço da unidade estudantil em torno de objectivos comuns, se traduziu pela discussão vazia e desmobilizadora, tantas vezes caluniosa;

3ª) A inexistência de estruturas organizativas que, sabendo aproveitar e orientar o amplo debate então surgido, pudessem definir uma orientação para o M.A. com base na unidade de todos os estudantes na luta pela consecução de objectivos comuns, impedindo ao mesmo tempo as constantes ultrapassagens efectuadas por alguns daqueles grupos políticos das normas democráticas e das estruturas associativas características do M.A..

A defesa dos interesses do grupo social estudantil passa pela radical alteração de toda a estrutura de ensino, que, longe de servir apenas aqueles interesses, vai corresponder às reais aspirações das massas populares. De facto, no campo pedagógico, a modificação profunda dos critérios de acesso ao ensino, dos conteúdos e dos métodos até aqui tradicionalmente usados virão a beneficiar não só a actual população estudantil, mas também, e sobretudo, aqueles que, com estas modificações, poderão vir a usufruir de um ensino aberto a amplas camadas populacionais e adequado às realidades e necessidades da vida prática. Estas alterações no campo pedagógico só serão eficazmente realizadas se forem acompanhadas também de uma mudança radical nos campos cultural, desportivo e de prestação de serviços. Neste último ponto, amplas perspectivas se abrem aos estudantes de participarem activamente e com peso decisivo na gestão dos Serviços Sociais, na definição da política de assistência social, etc.

O conteúdo do H.A. tem que ser encontrado em tudo aquilo que una e mobilize as massas estudantis e não naquilo que as divide.

O PAPEL DAS MASSAS ESTUDANTIS NO REFORÇO DO H.A.

A resolução de todos estes problemas, porém, passam necessariamente pela ampla participação dos estudantes na definição das grandes linhas orientadoras das alterações referidas. Só assim as alterações encontradas correspondendo ao sentir da maioria e correctamente perspectivadas se enquadrarão na orientação definida pelas massas populares para a consecução dos seus objectivos, particularmente na definição de uma política de ensino que sirva os interesses do povo.

A vasta participação dos estudantes nos debates e resoluções colectivas passa, por sua vez, pela criação de formas organizativas capazes de interpretar e concretizar as decisões maioritariamente tomadas de garantir um processo de representação estudantil genuína.

Esta estruturação, levada a cabo em todos os níveis de decisão colectiva, será o suporte e o garante da existência de um H.A. que congregue amplas massas estudantis em torno de objectivos comuns, constituindo estas a base da unidade fundamental para avançar para a democratização do ensino, para o fomento cultural e desportivo, para todas as tarefas que prioritariamente se colocam aos estudantes, no seu interesse próprio e de de mais vastos sectores da população.

Assim, para garantir o carácter unitário e de massas do movimento associativo devem salvaguardar-se os seguintes pontos fundamentais:

- Fundamentação da existência do H.A. e da prática associativa a todos os níveis nos princípios da arreligiosidade, apartidarismo, unidade, representatividade e democraticidade.

- Criação de formas organizativas que representem os estudantes e executem as deliberações colectivamente tomadas por eles, façam respeitar os princípios atrás enumerados com a perspectiva de que são eles a base da unidade estudantil, se regem por normas claramente definidas, e respeitadas que lhes confirmam um carácter de estabilidade necessária ao desempenho efectivo das suas funções.

OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Deve ser da própria natureza do Movimento Associativo e das AAEE a sua democraticidade, que assegura a eleição de todos os cargos dirigentes, que implica a participação activa na vida associativa, que dá extensão ao poder deliberativo de todos os estudantes.

A unicidade e a representatividade significam que todos os estudantes apenas podem delegar a execução das suas decisões em estruturas unitárias, que os representem colectivamente e não a este ou àquele grupo; a unicidade do M.A. é feita na acção e construída de amplas realizações que mobilizem as massas estudantis na luta pelos seus objectivos, aspirações e reivindicações.

S'os três princípios atrás enunciados permitem que os estudantes participem na vida associativa, desde os debates nos cursos até às acções concretas a nível da Associação, confiando nas suas estruturas representativas, na eficácia dos processos de decisão, na justeza das orientações colectivamente definidas, não podem esquecer-se a natural divergência de pontos de vista política e religiosa entre eles. O apartidarismo e a arreligiosidade garantem que não será quebrada a unidade dos estudantes (baseada na concretização dos objectivos comuns por eles próprios determinados) porque o M.A. não poderá perfilar qualquer programa de partido político ou crença religiosa. Devem ser os estudantes colectivamente a decidir sobre todas as questões sobre as quais acham dever tomar posição, inclusivamente no plano político, impedindo que qualquer grupo o faça em seu nome.

Só deste modo a unidade entre todos os estudantes será assegurada e o Movimento Associativo manter-se-á o meio da expressão colectiva organizada dos estudantes, conferindo-lhes poder de intervenção a todos os níveis, dentro ou fora da Escola.

ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL - NECESSIDADE DAS ESTRUTURAS INTERMÉDIAS

Actualmente os estudantes são chamados a participar activamente na vida da Escola, tanto ao nível da gestão como a da definição das normas para o funcionamento do ensino que lhes é ministrado. Representa esta situação uma grande conquista das massas estudantis que lutavam por ela já desde há muito sob o fascismo. No entanto, as tarefas primordiais que urge levar a cabo na democratização da Escola não se compade-

da massa estudantil. A elas competirá convocar ou requerer a convocação de Assembleias Magnas, segundo normas a determinar pelos estudantes sempre que aqueles desvios se verifiquem.

ASSEMBLEIA MAGNA - ÓRGÃO MÁXIMO DE DECISÃO ESTUDANTIL

O funcionamento das Assembleias Magnas tem reflectido muito fielmente a actual situação do Movimento Associativo em Coimbra.

Discussões estéreis, frequentemente caluniosas, dando cada vez mais a imagem de que o M.A. passou definitivamente a ser coma de guerrinhas partidárias, que nada dizem à maioria dos estudantes e contribuem fortemente para a desagregação de todo o M.A., para perda de interesse dos estudantes pelo trabalho colectivo na base de interesses comuns.

Se o sectarismo de certos grupos, que são quem fomenta aquele tipo de discussão vazia e sem objectivos, foi determinante no processo de descrédito progressivo das Assembleias Magnas, não foi menos importante a ausência de estruturas organizativas intermédias.

Estas teriam permitido muitas vezes dispensar a recorrência ao órgão máximo de decisão e, em caso de ser necessário recorrer a ele, resultariam um esclarecimento prévio das questões pela ampla discussão a todos os níveis orgânicos associativos. Tornar-se-ia muito mais eficaz o funcionamento da Assembleia Magna se, em vez de propostas individuais surgissem propostas aprovadas em reuniões representativas, que pressupunham toda uma discussão vastamente participada e clarificada. Evitar-se-ia o debate estéril longo, desmobilizador, e as decisões sobre as questões que a maioria nunca discute. Evitar-se-ia, enfim, o descrédito à Assembleia Magna, e conferir-se-lhe-ia o carácter de "solenidade" que de facto deve possuir, como órgão máximo representativo das posições de uma Academia com 10.000 estudantes.

Assim, no sentido de garantir a máxima democraticidade e uma verdadeira representatividade ao órgão máximo deliberativo dos estudantes de Coimbra, pensamos que é necessária a existência de normas mínimas que regulamentem o seu funcionamento.

A necessidade de um quorum mínimo para a realização da Assembleia Magna, longe de ser um meio burocrático que impeça o seu funcionamento é a única maneira de garantir uma real representatividade a todas as decisões aí tomadas e impedir que um reduzido número de estudantes tomem posições em nome da Academia.

Se durante o fascismo, em determinadas situações a repressão se fazia abater com mais violência, foi necessário, para a não paralização do M.A., que as estruturas associativas e os órgãos deliberativos dos estudantes, apesar da escassa participação da massa estudantil, fossem mantidos, pensamos que hoje estão criadas condições para a participação massiva dos estudantes na definição e concretização dos seus objectivos de luta e na eleição das suas estruturas representativas.

cem nem com a inexistência ou a debilidade das estruturas organizativas, nem com os passos imediatos que já foram dados naquele domínio. Esta falta de perspectivas na efectivação de profundas transformações do ensino e na Escola é, aliás, também fruto daquela debilidade organizativa que impede tanto a tomada de consciência do grau de importância das tarefas a desempenhar como a definição colectiva pelos estudantes dos meios de acção que lhes permitem contribuir para a resolução das principais questões ligadas à democratização da Escola.

Por outro lado, se a Associação deve passar a desempenhar efectivamente o papel de órgão máximo representativo dos estudantes e de aglutinador destes em torno das questões do seu interesse, deve a sua Direcção dar cumprimento às decisões colectivas, interpretando a vontade da maioria. Para tal necessita de estar ligada organicamente a todos os estudantes, única forma de saber a todo o momento fazer aguda interpretação e, ao mesmo tempo, ser eficazmente controlada na sua actividade pelos estudantes.

Assim, a existência de organização a todos os níveis de decisão, desde os cursos e as Faculdades até à Academia em geral, que se dividam pelas tarefas de gestão, de transformação do ensino e de ligação à Associação virá responder a todas as necessidades em cada momento e permitir que os estudantes retomem o seu papel de interveniente organizado, progressista, em todas as questões da vida nacional e ganhem uma consciência mais forte da necessidade e utilidade de uma prática democrática estável que garanta a participação de todos em todas as decisões.

A Direcção-Geral - SEU FUNCIONAMENTO

Como Direcção do órgão máximo representativo dos estudantes (a Associação) a Direcção-Geral deve ser a fiel executora da vontade daqueles. Esta execução deve fazer-se dando cumprimento ao programa aprovado pela maioria nas eleições sabendo, ao mesmo tempo, através de uma consulta permanente de todos os estudantes, garantida pela existência de estruturas intermédias de representatividade, directa e directamente controladas por eles, interpretar a vontade dos estudantes em todas as questões.

A Direcção-Geral deve consultar a Assembleia Magna sempre que surjam questões que, ou transcendem o âmbito do programa aprovado, ou simplesmente necessitem da aprovação pelo órgão decisivo máximo, só depois de amplamente debatidas pelos estudantes em todos os níveis organizativos.

A Direcção-Geral, como todas as estruturas representativas, é a todo o momento amovível. Para um melhor controle pelos estudantes muito contribuirão as estruturas intermédias, que deverão, representando o sentir dos estudantes a cada momento, exercer vigilância sobre a actividade da D.G., obstando a que esta se desvie do cumprimento do programa aprovado pelos estudantes ou se esquive a pesar devidamente as opiniões

Até à aprovação de uns novos Estatutos onde virá expressa toda a regulamentação das estruturas associativas, defendemos a necessidade de um quorum de 1.000 estudantes para a realização das Assembleias Nacionais, como foi aprovado pelos estudantes de Coimbra em Maio de 1974.

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES PORTUGUESES

Sua necessidade

-A actual situação política não se compadece com organizações pequenas. Quer isto dizer que a necessidade da criação de um órgão que represente todos os estudantes portugueses a nível nacional, para que estes possam levar a cabo eficazmente o cumprimento das grandes tarefas que se lhes põem neste momento da democratização do ensino, de participação na definição da política de assistência social, de fomento cultural e desportivo, se torna evidente.

Um órgão coordenador da actividade associativa a nível nacional, que dê corpo à vontade e às iniciativas dos estudantes, que seja meio de expressão organizada e que os estudantes disponham para intervir em todas as questões que lhes digam respeito, com o peso da representatividade de centenas de milhares de pessoas, que permita o lançamento organizado de iniciativas tendentes a libertar os estudantes do seu isolamento das massas populares e dos seus problemas, que estabeleça os contactos e o intercâmbio com os estudantes de todo o mundo, através das suas organizações nacionais, é mais que uma aspiração velha, é uma necessidade.

Só combate a criação da UNEP quem não está interessado na organização dos estudantes. Quem pretende ver os estudantes afastados das lutas populares, quem tem medo da grande força política que será milhares e milhares de estudantes congregados numa mesma organização defendendo posições progressistas dentro e fora da Escola. Quem combate a criação da UNEP é a reação, procurando criar organizações estudantis nacionais e subordinadas aos interesses de grupos que mais não representam que mais não representam que posições minoritárias no seio dos estudantes.

É neste sentido que surgem a FREP e a UPEL, organizações que de facto nada têm a ver com o M.A. unitário e de massas.

Modo de constituição:

- Porém, a sua representatividade e a capacidade para dar expressão à vontade estudantil, passa pela ampla discussão dos processos que irão conduzir à sua discussão. Só depois de um amplo debate nacional, no qual desempenharão importantíssimo papel as estruturas organizativas intermédias como bases promotoras da discussão, em que os estudantes definam os moldes em que a UNEP se irá formar e funcionar, se poderá passar à concretização dos processos conducentes à sua constituição. Finalizando talvez com um Congresso Nacional de todos os estudantes do país, de representatividade directa, esses processos deram corpo à aspiração e à neces-

sidade que já há muito se faz sentir.

O papel da Comissão pró-UNEP:

-Aprovada a sua constituição no Encontro Nacional de Direcções Associativas em 2/6/74, a Comissão pró-UNEP tem como missão fundamental incentivar e dinamizar o processo de constituição da futura UNEP. Formada por representantes das Direcções Associativas existentes, sem no entanto se reclamar de representativa dos estudantes, aquela Comissão tem desenvolvido entre outras iniciativas, Campanhas Cívicas de Alfabetização e Educação Sanitária, e tem tido um papel muito importante no surgimento do M.A. nas escolas onde ele não existia, especialmente na provincia. Tem também lançado as bases dos contactos a nível internacional que poderão servir de base às futuras ligações da UNEP com outras organizações nacionais estudantis.

É a Comissão Pró-UNEP um valioso instrumento nas mãos das Direcções Associativas, nos contactos com o poder constituído e ligação entre os estudantes de todo o país no momento em que ainda não conseguimos avançar na construção da UNEP. Não poderá ser em nenhum caso uma estrutura representativa dos estudantes portugueses pelo seu modo de constituição, mas poderá e deverá perspectivar e desenvolver iniciativas e lutas que só a nível nacional tenham significado.

Julgamos que a A.A.C. seja a mais antiga das AMER, e seguramente é hoje aquela que maior número de estudantes abrange e a que está voltada para uma mais ratificado conjunto de iniciativas e campos de actividade.

Daí o seu relevo e preponderância ao nível do país, na opinião pública,, das instancias governativas e até das restantes Academias. Prioritária nos parece, pois, a tomada de consciência pelos estudantes da responsabilidade que deve presidir a todas as posições e actuações assumidas em nome da A.A.C. que podem prestigiar ou desprestigiar o M.A. no seu conjunto, assim como o papel revelante que a nossa Associação deve ter a vários níveis mormente no campo do estabelecimento de relações com a sociedade através de actividades de divulgação do ensino, da gestão da Universidade e serviços afins, na defesa dos interesses estudantis a todos os níveis.

A D.G. da A.A.C. representa a Academia na sua totalidade e rege-se na sua actuação pelo programa aprovada nas eleições, e nas posições tomadas em cada momento pelas assembleias representativas de estudantes.

B)- A.A.A.C. CENTRO INTEGRADOR DE CULTURA POPULAR

Os estudantes, como grupo social privilegiado tem acesso à informação, o que lhes proporciona a obtenção de um certo saber (contaminado talvez pela ideologia permanente) e o exercício da crítica e da inteligência conferindo-lhes consequentemente pesadas responsabilidades.

Deve, assim, a actividade cultural da A.A.C., ser dirigida em duas grandes direcções:

- prestação de apoio e colaboração com colectividades populares, inseridas nas grandes campanhas nacionais de esclarecimento e dinamização socio-cultural;
- dinamização da actividade cultural junto dos próprios estudantes suprimindo deste modo as lacunas que ainda se verificam neste campo.

DEPARTAMENTOS ASSOCIATIVOS

Deverão funcionar na dependência da Direcção-Geral da A.A.C., segundo os princípios definidos no Programa Associativo, os seguintes departamentos:

- Gabinete de Informação e Ligação à Imprensa
- Secção de propaganda
- Secção Editorial

A Secção Editorial, para que possa estar ao facto do serviço de todos os estudantes, necessita de ser convenientemente regulamentada no seu funcionamento para que, resulte o mais claro possível quem deve ter acesso ao aparelho técnico da A.A.C. Assim pensamos que deverão apenas ser publicados na A.A.C. textos representativos de estruturas associativas ou estruturas que surjam no âmbito do M.A., como sejam: cursos, faculdades, secções e organismos da A.A.C. convocatórias da A.A. e reuniões abertas e públicas de estudantes.

Quanto a grupos políticos, e surjam sob que designação surgirem não deverá a A.A.C. prestar-lhes qualquer tipo de apoio técnico enquanto tal. Isto não porque se pretenda ignorar a existência de diversas tendências e opiniões no seio dos estudantes, mas sim porque se entende que o M.A. não é um movimento de organi-

til no campo cultural e ao mesmo tempo ser orientada no sentido de uma verdadeira participação nas campanhas que estão a ser levadas a cabo pela promoção socio-cultural das populações.

Pensamos que não se pode limitar a actividade das secções e dos O.A.A. à apresentação de espectáculos e à promoção de iniciativas isoladas e desordenadas, mas urge encontrar formas de intervenção concertadas e coordenadas que proporcionem ao longo do ano uma actividade cultural contínua que sirva os interesses dos estudantes e vá de encontro às necessidades das mais vastas camadas populacionais.

As Secções Culturais embora com plena autonomia interna para eleger os seus representantes, para regulamentar a sua actividade interna e para elaborar o seu plano de actividades, pensamos que, enquanto estruturas inseridas num todo associativo, as suas actividades não poderão ir contra o programa geral de orientação plebiscitada pelos estudantes nas eleições para os seus corpos gerentes.

Quanto aos O.A.A., preservando embora a sua plena autonomia, achamos que é absolutamente necessário a intensificação de contactos com as secções e centros de estudo no sentido de se encontrar uma linha global de orientação que presida à política cultural para a A.A.C.

Assim, a partir de representantes das Secções Culturais e dos Organismos Autónomos deverá surgir um Conselho Cultural mais alargado que o actual e ao qual presidirá um Representante da Direcção Geral.

Estenderemos assim aos Organismos Autónomos a possibilidade de se fazerem representar no Conselho Cultural, e com o mesmo número de representantes das Secções e Centros de Estudo - quatro.

Ficará pois este conselho de nove pessoas a ser o órgão máximo coordenador e dinamizador de todas as actividades culturais da Associação segundo o programa de actividades escolhidas pelos estudantes e julgamos que desta forma melhor se conseguirá a desejável unidade de esforços que possa permitir um aproveitamento das diferentes capacidades de iniciativa, evitando-se a já verificada multiplicação de actividades paralelas.

Será também a este Conselho Cultural que deverá caber a programação cultural do Teatro Académico de Gil Vicente, tomando iniciativas no sentido de o enriquecer com iniciativas da mais variada ordem.

Quanto ao Teatro, julgamos que deve visar dois objectivos essenciais: servir como casa de espectáculos e sala de cultura - cinema, teatro, coréias, exhibições musicais, etc.; e ser utilizada como sala de reuniões, assembleias, colóquios, etc.

Será pois ao Conselho Cultural (provavelmente através da constituição de um secretariado permanente para o T. G. V., do qual fará obrigatoriamente parte um elemento do C.E.C.) que caberá a programação cultural do Teatro.

Quanto ao estabelecimento de um critério para a utilização do Teatro, tendo em conta a sua utilização comercial e a sua utilização para fins associativos, deverá obedecer a determinada ordem de prioridades.

Durante a campanha eleitoral proporemos aos estudantes (como apêndice ao Programa) as normas que deverão presidir à utilização do T.G.V. e que será plebiscitado aquando da aprovação do Programa.

Todas as questões que posteriormente surgirem, deverá ser a D.G. como estrutu

zen mas sem um esforço de n base de interesses e objectivos comuns os estudantes em conjunto avançarem no desenvolvimento dos esforços e na busca de soluções que a cada momento assumam como suas.

-O C.E.B. ficará dependente do GILI no aspecto noticioso mas no âmbito de programação musical e outra será autónomo, aberto a todos os estudantes e com responsáveis eleitos pelos colaboradores inscritos na própria secção e que para além de transmitir programas para as instalações associativas, colaborará ainda com emissoras particulares e oficiais, em especial com a Rádio Estudantil

A A.A.C. NA LUTA POR UM DESPORTO DE MASSAS

A)- O que entendemos como desporto?

O desporto, a actividade física deve ser encarado como um instrumento de educação e, como tal, englobado num processo sócio-profissional.

É certo que a prática desportiva leva, ou pode levar, ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de certas capacidades físicas e psíquicas indispensáveis a um indivíduo, mas essa prática desportiva deve ser encarada como salutar, promotora de convívio e oferecer ao praticante, a possibilidade de participação na melhoria social e cultural da comunidade. Assim a prática do desporto é uma condição necessária mas não suficiente. Para efectivamente se atingirem as finalidades expressas impõe-se uma cultura desportiva de modo a que o praticante se situe na comunidade em que está inserido, refletindo sobre ela.

Resumindo, o desporto deve ser orientado no sentido do melhor esclarecimento do indivíduo, numa verdadeira e efectiva tomada de consciência por parte do praticante, do mundo que o rodeia e em que se insere. A prática e teoria da vida desportiva constituem um todo - cultura desportiva -

B)- Como avançar para um desporto de massas na Universidade?

Ao tratar-se do desporto na Universidade é necessário encarar-se o problema dentro da perspectiva de que o estudante universitário não está salutarmente habituado a enfrentara prática desportiva. Não foi em vão que durante a ditadura fascista, o desporto reflexamente, o desporto universitário serviram para meros festivais de propaganda de que na Universidade tudo corria bem e que os estudantes até faziam desporto.

É, portanto, urgente que se interesse o estudante pela prática desportiva no seio da comunidade universitária. É urgente a ampla divulgação do carácter da prática salutar, de convivência social, de cooperação numa prática social e significativa - a busca de cultura desportiva progressista. Deste modo propomos para discussão nas secções desportivas e no seio dos estudantes a seguinte plataforma mínima de animação desportiva universitária:

1- Criação com base nos actuais praticantes de desporto das secções da A.A.C. de Comités de Dinamização Desportiva nas Escolas que permitam um efectivo esclarecimento dos estudantes sobre a prática desportiva e sobre as estruturas materiais que podem utilizar

2- Aproveitamento do professor de Educação Física da Universidade na promoção e dinamização das iniciativas dos Comités de Dinamização

3- Formação de um organismo centralizador destas iniciativas na A.A.C., com base no Conselho Desportivo e na D.G., e que terá como função a dinamização desportiva na Universidade, para o que deverão ser fornecidos fundos próprios.

CONSELHO DESPORTIVO

As actividades desportivas da A.A.C. serão dinamizadas e coordenadas por um Conselho Desportivo, responsável perante a D.G. e composto por um representante desta e por quatro praticantes eleitos em R.G.S.D..

Deste modo compete ao Conselho Desportivo:

- 1- Orientar as iniciativas e actividades das diferentes secções (colóquios, publicações, manifestações desportivas, etc).
- 2- Apreciar todo o tipo de problemas e dificuldades das Secções quanto ao seu funcionamento, instalações, financiamentos, etc.
- 3- Estabeleça as relações de colaboração com o Conselho Cultural no sentido da realização de iniciativas conjuntas.
- 4- Estabeleça as relações de intercâmbio com associações populares, sindicatos, clubes, etc.
- 5- Dinamiza a Animação Desportiva Universitária.

6 - *Apoiar a D.G. em tomadas de posição face a problemas que surjam no âmbito das secções desportivas.*
SECÇÕES DESPORTIVAS NUMA PERSPECTIVA FEDERATIVA DAS AAEE

A articulação das secções desportivas da A.A.C. com as organizações desportivas estudantis do país deve ser cada vez mais estimulada, no sentido de uma mais ampla conjugação de esforços tendentes à evolução e acompanhamento de toda a estrutura federativa das AAEE em que estão englobadas. No respeitante à parte desportiva a divulgação e informação das acções a realizar por cada AAEE e ainda a cooperação a estabelecer, devem ser coordenadas e dinamizadas por um organismo funcionando como secretariado, com base nas estruturas de desporto universitário do Porto, Lisboa e Coimbra.

A perspectiva que já existe nas secções desportivas da A.A.C. de que elas devem estar abertas a todos os estudantes não universitários, pensamos que deve ser concretizada a curto ou médio prazo num alargamento de facto do âmbito de actividades das secções desportivas às outras escolas do ensino médio e superior de Coimbra.

Quer isto dizer que na perspectiva de as secções servirem outros estudantes que não os da Universidade estes devem também participar na sua direcção. Não temos a ilusão de que isto será um processo fácil e está intimamente relacionado com o desenvolvimento do M.A. nas outras escolas de Coimbra.

OS SERVIÇOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sé bem que hoje em dia os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra desempenham muitas das funções que outrora, sob o fascismo, cabiam às AAEE no campo da prestação de serviços, não é justa a perspectiva de que os S.S.U.C. devam servir apenas os estudantes, quando hoje em dia, servem de facto toda a Universidade. Não poderemos por isso reivindicar o seu controle unicamente pela massa estudantil.

É urgente, pois, que se defina a participação estudantil na direcção dos Serviços Sociais e qual, cremos se deve fazer através de um Conselho Administrativo que integre represen

* tantas dos trabalhadores e funcionários, representantes da Reitoria e representantes dos estudantes.

Dada a extrema complexidade que a gestão dos S.S. assume deverá ser contratado um director dos S.S., com funções meramente executivas que responde perante o Conselho Administrativo e dele receberá as directrizes que se entende dever trazer para o seu funcionamento, e o rector esse que por sua vez controlará e orientará o responsável por cada serviço.

Dispõem os S.S. neste momento de cantinas, infantário e jardim infantil, serviço de textos, super-mercado e drogaria e várias residências de estudantes.

Na generalidade todos eles estão ultrapassados em relação às necessidades crescentes da massa estudantil.

No que respeita às cantinas é do conhecimento geral que o seu déficit atinge a ordem dos quarenta contos diários. Desde logo e relacionado estes factos com a má qualidade dos serviços prestados somos levados a crer que algo não está bem no seu funcionamento.

Por aquilo que nos é dado verificar nem só o baixo custo das refeições poderemos reputar a responsabilidade desse déficit. É essencialmente a própria estruturação deste serviço que deveremos estudar a fim de podermos chegar a conclusões válidas.

Um dos exemplos mais flagrantes do que acabamos de enunciar é o facto de o armazém de mercaderias se encontrar disperso por vários locais inclusive um átrio zona não susceptível, como é obvio, de qualquer controle. Se a isto aliarmos uma certa desorganização de serviços, estoques exagerados, falta de uma estruturação estatal do abastecimento de géneros teremos uma imagem muito aproximada da realidade.

Tudo ponderado somos levados a crer que não é essencialmente o aumento de preço das refeições que poderá diminuir o encargo suportado ainda na sua maior parte pelo povo trabalhador.

Medidas imediatas de reestruturação deste serviço se impõem:

- a elaboração de um inquérito a estes serviços a efectuar por entidade idónea,
- a criação de novo armazém mesmo que provisório,
- a continuação de utilização sistemática do concurso público de fornecimentos de géneros (método posto nos últimos tempos em prática com resultados quase espectaculares),
- a criação de um sistema de escalões por forma a que os utentes com menores disponibilidades económicas se possam utilizar das cantinas a preços extremamente baixos enquanto outros com melhores possibilidades se utilizarão delas a preços que progressivamente se aproximem do custo real da refeição.

Serão passos decisivos para que as cantinas passem a ser definitivamente postas ao serviço dos estudantes e de mais utentes que efectivamente delas careçam de servir-se.

INFANTÁRIO-JARDIM INFANTIL

Apesar da insuficiência de instalações constatamos que este é um dos serviços que melhor funciona.

Neste sentido apenas consideramos necessário que num prazo mais ou menos curto se proceda a aquisição ou arrendamento de edifícios que permitam ampliar a capacidade dos já existentes dadas as carências que se têm vindo a sentir.

Se bem que tenha havido já certa morcelização no acesso a estes serviços notam-se ainda numerosas irregularidades que pensamos poderem ser suprimidas com a aplicação de um critério onde avultem as condições económicas dos candidatos embora integrado por outros factores a estudar. Por exemplo, a situação do filho de dois estudantes, etc.

SERVICO DE TEXTOS

Embora seja utópico pensar que o Serviço de Textos estarão preparados a curto prazo para desempenhar cabalmente as actividades que reconheçamos serem da sua responsabilidade, muita coisa se poderá fazer nesse sentido.

Assim:

- a estrita utilização desses serviços pela Universidade segundo uma escala de prioridades a estabelecer com a Reitoria,
- a possibilidade de contratos com tipografias que possam executar os trabalhos para os quais o Serviço de Textos não estão desde já apetrechados,
- a criação de um serviço de crédito que permita àquelles que o necessitam a divisão do pagamento de livros e sabentes por vários meses.

Estarão entre as medidas que pugnaremos neste domínio, para que os estudantes possam extrair deste serviço os benefícios a que têm direito.

MÉDICO-SOCIAIS

São notórias as deficiências de funcionamento destes serviços que não podem ser só imputáveis a factores estruturais. Outras questões há a resolver tais como a das faltas sistemáticas às consultas muito especialmente no campo da Estomatologia impondo-se a curto prazo a modificação radical da sua merceção.

Importante ainda neste domínio a inexistência de assistência medicamentosa- é urgente a criação da Farmácia- e o alargamento do serviço de urgências domiciliárias.

SERVICO DE PROCURADORIA

Não existe no leque de serviços prestados um serviço de Procuradoria que efectivamente sirva a todos os estudantes.

A Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra, entidade que tem a seu cargo praticamente a sua prestação, é de facto uma empresa privada cujo estatuto urge estudar a fundo com vista à sua incorporação nos S.S. única maneira de a colocarmos ao serviço e sob o controle estudantil.

RESIDÊNCIAS

Apesar de recentemente as residências de freguesada M.P. se terem vindo a integrar nos S.S. é irrisório o número de estudantes a quem se pode garantir alojamento.

Para além de tudo tentarmos fazer para que as novas instalações surjam defenderemos

intransigentemente um controle rigorosíssimo no seu acesso aproveitando, aliás, as experiências já feitas neste domínio.

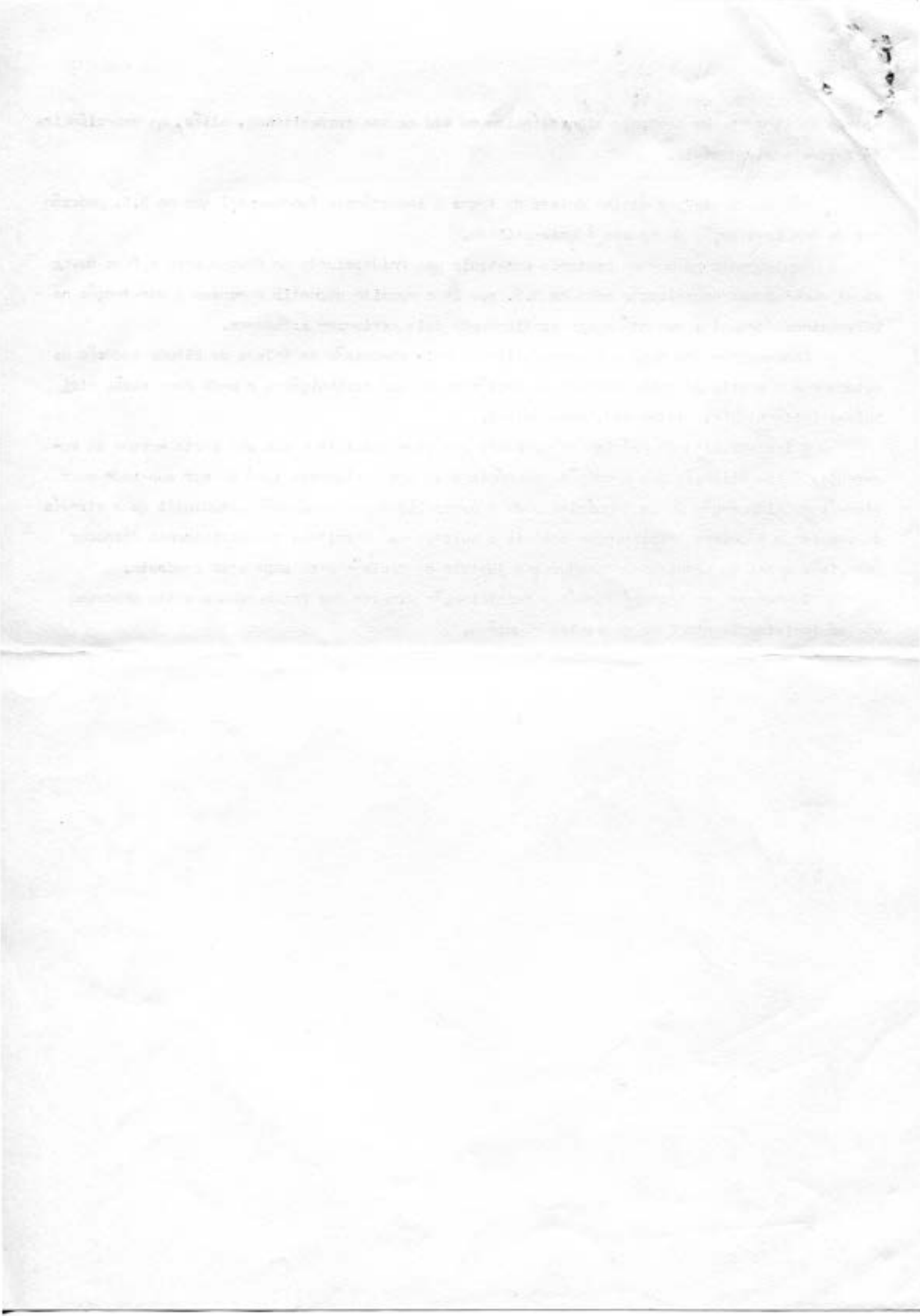
Não poderemos por último deixar de focar a importância fundamental que os S.S. poderão ter na democratização do acesso à Universidade.

Num momento em que se pretende construir uma Universidade do Povo e para o Povo dever-se-á apontar uma organização para os S.S. que lhes permita garantir o acesso e manutenção na Universidade daqueles que até agora praticamente dela estiveram arredados.

Concentrada nos S.S. a responsabilidade pela concessão de Bolsas de Estudo poderão os estudantes a partir de agora definir os critérios de sua atribuição e o modo como serão atribuídas (alimentação, alojamento, monetárias).

A impossibilidade prática de proceder por vias oficiais e com uma certa margem de segurança, à investigação das condições económicas de cada estudante terá de ser superada quer através da elaboração de um inquérito para a generalidade da população estudantil quer através de recurso a técnicas (assistentes sociais e outras) que permitam, respectivamente fornecer uma visão geral do problema e assegurar a justiça da decisão para cada caso concreto.

Importante se tornará também a participação directa dos interessados neste processo não só individualmente como em simples reuniões.



O que era o ensino fascista? Esta é uma pergunta à qual os estudantes já responderam. Os estudantes conhecem a resposta porque viveram essa realidade e além do mais porque, sentindo as suas repercussões actuais, já modelaram pelas suas mãos os primeiros passos da democratização do ensino.

O ENSINO HOJE

OS ESTUDANTES DEPARAM com as escolas alheadas da vida do país, sem participação na vida colectiva da sociedade.

DEIXAM com uma estrutura bem adaptada à mais feroz selecção de classe, desde os escalões básicos até ao ensino superior.

SABEM que o ensino pré-primário de iniciativa privada, só é acessível a uma minoria privilegiada de crianças.

SABEM que a escolaridade dita obrigatória é deficiente e que impõe grandes sacrifícios aos filhos de trabalhadores, em especial nos meios rurais.

SABEM que menos de 50% de jovens tem acesso ao ensino secundário, entrando o restante no mercado de trabalho.

SABEM que o filtro da dupla via do ensino secundário conduz a uma Universidade com participação ínfima de filhos de trabalhadores.

CONHECEM o baixo nível de ensino que é ministrado em todas as escolas por que passaram e as suas péssimas características e pedagógicas e de apoio social.

MAS SABEM TAMBÉM que cerca de 40% da população é analfabeta e o que tal significa na capacidade de mobilização alicerçada da sociedade portuguesa.

Este o espectáculo que, em breve análise, se oferece às massas estudantis.

UNIDADE EM TORNO DE OBJECTIVOS COMUNS

Os estudantes portugueses sentem profundamente que é seu papel dar uma resposta enérgica a todos os obstáculos, na intimidade das escolas e na sua articulação com as realidades do país, com os objectivos traçados pelo Povo Português.

Sentem que só o poderão fazer de forma organizada através de uma unidade maciça forjada na acção e nos objectivos comuns.

Sentem que esta unidade é possível devido à existência de objectivos altamente mobilizadores da massa estudantil.

Sentem que só não é possível unidade com reacccionários e com todos os que, não sendo, a eles se aliam, pela sua actividade de sapa da democratização do ensino, do avanço organizado dos estudantes e da sua ligação aos objectivos mais gerais do Povo Português.

PASSOS JÁ DADOS EM FRENTE

Alguns avanços, encarados como gérmenes da democratização das escolas, foram já iniciados.

Sobressaiem: o SANEAMENTO das estruturas escolares, passo importante na desfascização do ensino e na sua democratização, a GESTÃO DEMOCRÁTICA

dos estabelecimentos escolares, com participação paritária de estudantes, professores e funcionários; a REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS e métodos de ensino; a ORGANIZAÇÃO DE CAMPAÑHAS políticas nacionais (Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária), primeiro passo na LIGAÇÃO DA ESCOLA À VIDA e na participação estudantil no lançamento das infraestruturas sociais e culturais mais urgentes da população portuguesa.

QUE FAZER ?

IMPORTA ir mais longe na consecução destes objetivos iniciais.

IMPORTA aplicar soluções de fundo que actuem sobre a raiz dos problemas e não soluções de remendo que degrade ainda mais a situação do ensino e que conduzam inevitavelmente à sua paralização.

IMPORTA abrir as portas das escolas aos filhos dos trabalhadores. URGE pois a institucionalização do ensino pré-primário oficial e gratuito, nomeadamente e desde logo nas zonas industriais. URGE pois alongar tanto quanto possível ensino básico, ampliar a sua rede escolar, torná-lo gratuito e promover uma política de apoio social generalizado do jovem estudante (como apoio médico-sanitário, subsídios para material escolar, transportes e alimentação). URGE apoiar o trabalhador-estudante, nomeadamente na criação de Universidades nocturnas, apoio social, criação de cursos por correspondência e ensino à distância,

IMPORTA unificar o ensino secundário, primeiro passo para a criação de uma Escola de Ensino Geral e Politécnico e um dos pontos-chaves para a democratização do ensino. Medidas de esta natureza, de transformação estrutural, são a resposta mais eficiente a o actual problema da superlotação escolar.

IMPORTA criar condições para que as escolas formem quadros técnicos cientificamente aptos, bem como dedicados ao processo de democratização e à construção de um Portugal verdadeiramente livre e democrático. Assim o exige o dinamismo da evolução política do país. Assim o exige o Povo Português. URGE pois continuar a renovação dos planos de estudo, introduzindo disciplinas de formação política, social e urbanística em cursos técnicos e científicos, criando e desenvolvendo os cursos de maior necessidade social, ligando acentuadamente o ensino à prática e à produção, continuando a eliminar a ideologia reaccionária na escola e orientar o ensino por valores progressistas fortalecendo o espírito de trabalho colectivo bem como o espírito crítico e amplamente colaborante do estudante na vida da escola, combatendo o autoritarismo, aperfeiçoando na prática o modelo de gestão democrática das escolas, ligando as organizações sindicais e outras estruturas de massas à definição de política escolar.

IMPORTA atacar pela base o problema da superlotação escolar, herança política do fascismo. URGE pois, além de alterações estruturais como as já indicadas e do aumento do orçamento educacional, extinção das escolas privadas no controle estadual do ensino, a rápida construção de estabelecimentos escolares e seu eficaz apetrechamento escolar, a criação de novos cursos, o começo de preparação massiva de pessoal docente qualificado. URGE, com esta última finalidade, a criação de institutos pedagógicos.

As massas trabalhadoras e o Povo Português encontram-se vitalmente interessados na democratização do ensino e no lançar de bases de uma autêntica renovação cultural no seio do país.

Os avanços no ensino e nas perspectivas culturais fazem-se de mãos dadas com as lutas do movimento popular de massas contra os monopólios e os latifúndios.

~~Mobilizar as massas estudantis para a democratização do ensino é seguramente a melhor forma de~~ ^{AVANÇAR NAS} ~~arrancar à tutela dos grandes grupos financeiros~~ ^{N.A.}
~~Mobilizar as massas estudantis para a sua participação~~ ^{PRATICAR} na elevação do nível cultural do Povo Português e de outras formas de reconstrução nacional é seguramente a melhor forma de colaboração dos estudantes na consolidação e avanço do processo democrático em curso.

Tal acção, massiça e efectiva só poderá ser levada a cabo de forma organizada. Fortalecer a unidade estudantil é também neste momento histórico, ^{NO-ND} ~~aliam~~ ao Povo Trabalhador na prossecução dos seus objetivos mais sentidos. Importantes perspectivas se abrem pois às Associações de Estudantes e a uma forte e representativa União Nacional de Estudantes Portugueses, por estes a erigir democraticamente.

O prestígio popular e o êxito da primeira iniciativa de massas levada a cabo pelos estudantes depois de 25 de Abril, as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária, impulsionará certamente a massa estudantil ao seu aprofundamento e enriquecimento.

Importa que todas as AA EE deem o seu melhor apoio à criação de Secções de Alfabetização e Educação Sanitária, viradas para a dinamização regional daquelas tarefas e para a programação de iniciativas de âmbito mais alargado.

Impõe-se que todas as Secções (culturais e desportivas) e Organismos das AA EE se integrem organizadamente em Campanhas de Dinamização Cultural juntamente com o N.F.A.

Impõe-se a efectivação de um Serviço Cívico Estudantil que congregue voluntariamente todos os estudantes em moldes a definir. Devido aos actuais problemas de superlotação escolar a participação dos estudantes candidatos ao primeiro ano do ensino superior deverá ser estudado em particular.

O S.C.E. será, pela sua efectiva ligação às escolas, o início da ligação do ensino à vida e à prática, o melhor contributo para o aprofundamento da Reforma Geral e Democrática do Ensino.

O S.C.E. representará a criação de um novo tipo de estudante, ligado às realidades do Povo Português e definitivamente comprometido com o processo de democratização em curso.

O S.C.E. representará a melhor forma de colaboração estudantil para a construção das infra-estruturas materiais e sociais de maior carencia nas zonas mais subdesenvolvidas do país.

PARALIZAR OU DEMOCRATIZAR AS ESCOLAS

Esta é a clara opção que neste momento se coloca a todos os estudantes. Momento em que algumas escolas se encontram paralizadas e muitos cursos funcionam em péssimas condições.

Colocar esta opção significa inquirir se estamos interessados em assistir passivamente à progressiva degradação do M.A. e à via oportunista e à na resolução dos problemas do ensino, ou se, bem pelo contrário, jogaremos firmemente na construção de um M.A. robusto e na negação resoluta do oportunismo e restantes manifestações da pequena-burguesia radicalizada.

DEMOCRATIZAÇÃO DO PARALISAÇÃO A ESCOLA

Colocar esta opção significa inquirir se optamos por um ensino tradicional que reforce os privilégios de classe dos estudantes, ou se, bem pelo contrário estamos interessados em construir uma Universidade que, em consunância com o avanço do processo democrático, se coloque progressivamente ao serviço do povo português.

A actual situação tem muito que ver com o volume da crise que remonta do sistema fascista e com inoperância dos primeiros Ministérios da Educação e Cultura; tem muito a ver com a via oportunista e facilitista que por vezes foi seguida.

1) TRATA-SE de modificar aquilo que há de contraditório entre a actual situação política e a Universidade de que dispomos, não essencial vinculada ainda a uma ideologia reaccionária.

2) TRATA-SE de, aproveitando as posições conquistadas pelos sectores progressistas da Universidade, particularmente os estudantes, depois do 25 de Abril, pressionar o governo no sentido de uma melhor redistribuição das verbas para o ensino, tendo em conta que isto só será possível com uma consequente política anti-monopolista e anti-latifundista,

3) TRATA-SE de criar a curto prazo um sistema eficaz de bolsas que permita a entrada na Universidade de um cada vez maior número de estudantes provenientes das classes trabalhadoras. → *modificar proveniência social dos estudantes.*

4) TRATA-SE de criar cursos novos que correspondam às exigências da actual situação política.

5) TRATA-SE de definirmos um sistema cada vez mais justo de aprendizagem e avaliação de conhecimentos.

6) TRATA-SE enfim de definir em termos progressistas um novo conteúdo das matérias leccionadas.

É em torno destas questões que os estudantes terão de desenvolver a sua luta, que é também do povo português. Não actuarmos neste sentido, perdermos o nosso tempo a discutir questões marginais, autênticas manobras de diversão, é assistirmos impávidos ao desmoronar de um edifício que temos obrigação de construir.

Não se trata de renegar qualquer Universidade caduca, trata-se sim de democratizar a escola.